

## Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº11/2016/COAPP/SAS

Documento nº 00000.037871/2016-54

Em 6 de julho de 2016.

<b>Assunto:</b> 5ª Oficina de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Mato Grosso	
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.001606/2013-70	
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência	
<b>Local:</b> SEMA-MT	<b>Cidade:</b> Cuiabá/MT
<b>Data:</b> 30/06/2016	
<b>Instituições participantes:</b> Superintendência de Recursos Hídricos (SURH) da SEMA e ANA	

### Relato

1. Na quinta oficina de planejamento e acompanhamento do cumprimento de metas do Progestão foram analisadas todas as metas de cooperação federativa e de gerenciamento dos recursos hídricos em âmbito estadual no Mato Grosso.
2. A Superintendência de Recursos Hídricos (SURH) conta atualmente com um novo superintendente, Luiz Henrique Noquelli. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) foi reformulado através do Decreto Estadual nº 316 de 6/11/2015. Como houve argumentação com relação à representação, foi necessária uma alteração estabelecida pelo Decreto Estadual nº 597 de 16/06/2016. Desta maneira o estado justificou o atraso na realização das reuniões do CEHIDRO e, portanto, na devida apreciação das metas estaduais do Programa.
3. O principal destaque foi o interesse da SEMA em elaborar os planos das bacias do Alto Paraguai, acompanhado da proposta de enquadramento dos corpos d'água. Para tanto, pretendem realizar um acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Segundo informado, foram elaborados os Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios da bacia, realizados através dos consórcios públicos instalados naquela região. A intenção da SEMA é aproveitar toda a informação já existente sobre as bacias, otimizando recursos e utilizando o saldo disponível do Progestão.
4. Cabe destacar, conforme informado, que será retomada a realização dos eventos de seminários regionais e estadual sobre recursos hídricos, existentes até 2009.
5. Outra informação importante refere-se à reestruturada prevista para a SEMA que, provavelmente, incluirá na SURH o setor de monitoramento e o laboratório de análise de qualidade da água, facilitando assim a gestão dos recursos hídricos no estado.

### Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

6. Os principais encaminhamentos resultantes da oficina estão registrados na planilha eletrônica anexa. A lista de presença também encontra-se anexa.

## **Conclusões**

7. A SEMA-MT, apesar de sofrer diversas alterações de secretários, vem mantendo as ações de gestão de recursos hídricos, destacando-se a atuação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) e as ações para emissão de outorga, além de cumprirem adequadamente as metas previstas no Progestão.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
BRANDINA DE AMORIM  
Gestor do Contrato nº 087/ANA/2013  
Portaria ANA nº 109, de 30 de abril de 2014

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao SINGREH

Ponto Focal para esse grupo de variáveis:

ID	Variáveis	Ponto Focal	Descrição da Variável	Instituição/Unidade Responsável	Problemas Identificados	Ações Necessárias					Fonte de Recursos	Prazo de Execução
						1a Oficina (29 e 30/04/2014)	2a Oficina (21/11/2014)	3a Oficina (17/06/2015)	4a Oficina (11 e 12/11/2015)	5a Oficina (30/06/2016)		
1.1	Integração das bases cadastrais	Lorena	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	SEMA/SURH/CTI	Falta de integração do CNARH com o Sistema estadual (SIMLAM)	Estudo de viabilidade de integração dos Sistema		Continua mesmo problema. Sistema para licenciamento ambiental adquirido através do Fundo Amazônia. Estudo de viabilidade de integração ainda não foi realizado, mas houve ação em relação a isso. Equipe da CTI empenhados na elaboração do novo sistema. Articulação com a Secretária para implementar módulos de outorga no sistema da SEMA. Sistema SIMLAM antigo (2007). Necessidade de atualização. Indefinido ainda.	Meta atendida.	Fallam em torno de 600 processos de águas superficiais (passivo) de outorga para cadastrar. Avaliar a necessidade de se adotar o autodeclaratório.	Recursos Próprios	2016
1.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Lilian	Informações disponibilizadas para o SNIRH	SEMA/SURH				Reunião dia 30/06/2015 para definição da meta.	Conversar com Leticia e Márcia	Fallam em torno de 150 processos de águas subterrânea. Esperar a migração do CNARH 40 para complementar os dados de águas subterrâneas (~184 poços).		
1.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Lorena	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	SEMA/SURH/SGMA					Já foi respondido o ofício			
1.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Renato	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	SEMA/SURH/Defesa Civil	Idem ao item 3.3	Idem ao item 3.3		Troca de 2 estações. TR para contratação de instalação e reinstalação de estações de monitoramento (1 instalação, 2 realocação, 2 troca dos equipamentos). Ver com ANA disponibilização dos dados da Resolução 3 com ANEEL (2 estações Rosário Oeste e Quebô). Atualmente são 12 estações para os boletins diários.	Contratação de empresa para manutenção corretiva. CPRM não informa sobre as manutenções preventivas. Falta comunicação. Meta atingida.	Boletins estão sendo elaborados e as PCDs em manutenção corretiva em execução. Verificar sobre manutenção das estações com a CPRM. Conversar com SGH sobre a possibilidade do CPRM comunicar visitas ao estado para manutenção das estações.	Idem ao item 3.3	Idem ao item 3.3
1.5	Atuação para segurança de barragens	Cláudio	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	SEMA/SURH/SUIMIS/SUF	Falta de pessoal dedicado a esse assunto	Articulação entre SURH e SUIMIS sobre a necessidade de pessoal para atuar nessa área que resultará em um parecer conjunto.		Atualmente é proibido construir barragem no estado (desde 2006). Estão se empenhando em estabelecer normativo legal (portaria conjunta CEHIDRO e CONSEMA para legalizar a construção de barragem. Serão solicitadas informações aos empreendedores, verificação dos processos, visita técnica etc., para possibilitar a classificação quanto ao risco. Necessidade de uma Lei de licenciamento de barragens (está sendo discutida na SEMA).	A regulamentação do artigo 9 está em andamento. Dificuldades em realizar as vistorias para a classificação qto ao risco. Marcar videoconferência. Risco de não atendimento na totalidade. Será elaborado TR para a contratação de serviços voltados à segurança de barragem em 2016.	Pretendem fazer um decreto geral para o estado. A SUIMIS (Superintendência de Infraestrutura, mineração, indústrias e serviços) é responsável pela vistoria das barragens.	Recursos Próprios	2015



1.8.	Comunicação social e difusão	2	2	2	2	2	Existem algumas ações de comunicação social e difusão de informações em temas afetos a gestão de recursos hídricos, mas falta base técnica profissional e/ou planejamento para essas ações.	Para a divulgação das atividades desenvolvidas pelo setor de recursos hídricos (SURH) utiliza-se constantemente a Assessoria de Comunicação da SEMA, pois a mesma organiza os materiais formulados pelos técnicos e prepara sua disponibilização, seja através do site da Secretaria ou mesmo mala direta. Também é bastante utilizada a Secretaria de Comunicação que divulga em todo o Estado as ações realizadas pelo Governo. A difusão das nossas atividades também são apresentadas através de Seminários Regionais e o Seminário Estadual de Recursos Hídricos, sempre procurando envolver a sociedade com as questões hídricas com o intuito de fortalecer a criação de novos Comitês de Bacias ...	SECOM-MT	Mídia restrita aos meios oficiais: descontinuidade dos seminários regionais e estadual nos últimos 5 anos.	Implementação de mídias sociais para CBHS (realizado) e Conselho Estadual: retomada dos seminários regionais e estadual de recursos hídricos (será realizado em 2015); produção de boletim informativo voltado a recursos hídricos.		TR para realização do seminário estadual está em elaboração, com previsão de realização em Novembro 2015. Boletim informativo sobre recursos hídricos está temporariamente paralizado em função da mudança da estrutura do Órgão: Será feito uma página no facebook do Conselho.	Não aconteceu o seminário estadual. princípio não vai ter mais boletins. O site da SEMA vem sendo atualizados a medida do possível. Formação de grupos Whatsap de todos os CBHS.	Foi formado watsap de todos os CBHS. Seminário não aconteceu. Panceffor não está sendo publicado. Pretendem realizar o seminário em março de 2017.	Progestão: ANA/CAC; SRHU/MMA	2015
1.9.	Capacitação setorial	2	2	2	3	2	Existe programa de capacitação em âmbito estadual para temas afetos à gestão de recursos hídricos, mas não é um programa devidamente formalizado, realizado de modo contínuo e baseado em estudos de determinação de demandas (por exemplo, DMT).	Anterior à esta atual gestão, todas as Secretarias através de suas Superintendências tinham como objetivo disponibilizar recursos financeiros em seus orçamentos para a capacitação específica de seus técnicos. Houveram algumas mudanças e hoje a ação de capacitação foi centralizada e atende a demanda da SEMA como um todo. A capacitação quando realizada, acontece focada a resolver um problema ...	SURH	Não ter um plano/programa de capacitação continuada; corte de recursos para capacitação.	Elaborar Plano de Capacitação e validá-lo através de Portaria da SEMA e apresentar/dar conhecimento ao CEHIDRO.	Elaborar Plano de Capacitação e validá-lo através de Portaria da SEMA (não virou ainda portaria, mas virará) e apresentar/dar conhecimento ao CEHIDRO (será uma moção ao secretário da SEMA e ao governo).	Plano de Capacitação virou uma resolução do CEHIDRO (Resolução no 74/2015).	Existe uma capacitação não formal em reuniões dos CBHS pela SEMA.	Revisão do plano de capacitação.	Recursos próprios/apoio da ANA	2015
1.10.	Articulação com o setor usuário e transversais	2	2	2	2	3	Há alguma articulação do poder público com os setores usuários e transversais, mas restrita as atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual, dos comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associações de usuários, associações de açudes);	A articulação efetiva acontece da integração da Superintendência de Recursos Hídricos que é o órgão Coordenador/Gestor com membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que representam outras Secretarias a Sociedade Civil e os Usários de Água e também através dos representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Essa troca de saberes acontece nas reuniões do Conselho, nas reuniões das câmaras técnicas e das visitas aos municípios que fazem parte dos comitês de bacias ...	SURH	Não relevantes	Atender ao item 1.5.	Aproveitar os seminários regionais e estaduais para realizar discussão com os setores usuários.	Assinaram um pacto em defesa das cabeceiras do Pantanal, (governo do estado, prefeituras, ONGs). Coordenação do Grupo de Acompanhamento do Plano do Paraguai.	ACT com Itaipu para o Programa Cultivando Água Boa (Governo do Estado).	Assinaram um pacto em defesa das cabeceiras do Pantanal. (governo do estado, prefeituras, ONGs) em andamento e atuante. SURH e Educação ambiental coordenam. Articulação com a UFMT para elaboração dos planos das bacias do ...	Recursos próprios	2017

**LEGENDA**

- SIM ou NÃO Variável cuja avaliação é facultativa em função da tipologia (SIM ou NÃO)
- OBR Variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação conforme Tipologia
- TIP Variável de avaliação obrigatória para a Tipologia

ID	Variáveis	Quadro de Metas	Autoavaliação				Descrição da Variável	Justificativa	Instituição/Unidade Responsável no Estado	Problemas Identificados	Ações necessárias para melhorar o nível					Fonte de Recursos	Prazo de Execução
			2013	2014	2015	2015					1a Oficina (29 e 30/04/2014)	2a Oficina (21/11/2014)	3a Oficina (17/06/2015)	4a Oficina (11 e 12/11/2015)	5a Oficina (30/06/2016)		
2.1.	Balanco hidrico	2	2	2	2	2	Há um conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estadual (águas superficiais e subterrâneas) em algumas áreas, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos.	Em 2006, através de consultoria especializada foi realizado o balanço hídrico em Mato Grosso. Este trabalho foi necessário para viabilizar a implantação do instrumento de gestão "outorga". Foi utilizado dados das estações com séries históricas mais longas. Este estudo possibilitou conhecer melhor a disponibilidade dos recursos hídricos, viabilizando assim uma resposta técnica embasada em dados técnicos, não deixando acontecer a outorga cartorial. Em relação as águas subterrâneas nenhum trabalho foi realizado, mesmo sendo considerada uma reserva estratégica e de dominialidade estadual.	SURH/CCRH	Balanco desatualizado; poucos dados hidrometeorológicos; ausência de mapa hidrogeológico em escala adequada para a gestão;	Articular com estado de Rondonia e ANA para propor contratação de consultoria para estudo hidrogeológico na bacia do Parecis.	(será articulado com o próximo dirigente).	Ainda não houve articulação para o estudo do Parecis. No alto Paraguai o balanço será atualizado. O estado tem 30 estações e 8 da ANA. Levantamento de toda a rede de monitoramento hidrometeorológica do estado até final de 2015.	Ainda não houve articulação para o estudo do Parecis (não há mais interesse em função de restrições orçamentárias). No alto Paraguai (GAP) o balanço será atualizado. O estado tem 30 estações e 8 da ANA. Levantamento de toda a rede de monitoramento hidrometeorológica do estado até final de 2016. Balanço hídrico no sistema de outorga (precisa ser atualizado).	Protocolar TR para a contratação da atualização do Balanço Hídrico.	ANA/Recursos Próprios	2015
2.2.	Divisão Hidrográfica	3	3	3	3	3	Há uma divisão hidrográfica reconhecida, confiável e formalmente estabelecida (por Lei, por decreto ou por resolução do Conselho Estadual).	A Intuição da a Divisão Hidrográfica do Estado de Mato Grosso se deu através da Resolução nº 05 de 18/08/2006 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO, onde subdividiu o Estado de Mato Grosso em 27 (vinte e sete) Unidades de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo: 15 na Região Hidrográfica Amazônica, 07 na Região Hidrográfica do Paraguai e 5 na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia.	SURH	Problemas não relevantes							
2.3.	Planejamento estratégico institucional	2	2	2	2	2	Há um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos, mas ainda há necessidade de criar e/ou aprimorar os instrumentos e condições para sua efetiva implementação (Indicadores, metas, monitoramento, agendas propositivas com os setores usuários e/ou transversais).	O Planejamento das ações que desenvolvemos é realizado através do Plano Pluri Anual - PPA (a cada quatroanos) e Plano de Trabalho Anual - PTA, onde o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN monitora nossas atividades. Também é realizado a cada três meses o Relatório de Atividade Governamental - RAG.	SEPLAN-MT	Descumprimento do planejamento elaborado no âmbito do PPA estadual			A SEMA tem um Planejamento Estratégico e é considerado na elaboração do PPA. Foi publicado em Portaria 422/2014 (DOE 08/09/2014). Resgatar o planejamento estratégico da SEMA e verificar as ações relacionadas a recursos hídricos. Existe uma unidade de gestão estratégica na SEMA (UGE/Assessoria). Planejamento voltado à área meio e não na área fim.	O planejamento da Portaria 422/2014 está voltada a organização e é genérico para a SEMA.	Existe um sistema GPWeb (gestão de projetos) de execução do PPA e Progestão.		
2.4.	Plano Estadual de Recursos Hídricos	4	4	4	4	4	Existe Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo Conselho Estadual e atualizado, bem como condições para sua efetiva implementação, mas o mesmo ainda não está sendo devidamente apropriado pelos gestores publicos e/ou agentes setoriais.	O Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO, através da Resolução nº 26 de 02/06/2009 e sancionado pelo Governo do Estado através do Decreto nº 2.154 de 28/09/2009. Este plano define 40 projetos que devem ser executados para um melhor gerenciamento dos recursos hídricos, prazo temporal de 4 (quatro) anos, mas definido em resolução e decreto que serão avaliados quando for necessário.	SEMA	Falta a apropriação do Plano pelo governo do estado;	Acompanhamento anual pelo CEHIDRO através da Câmara Técnica de Planos a implementação do PERH.	(não vem sendo realizada pois o plano não está sendo executado por falta de recursos - foi cortado) (será realizado uma avaliação do Plano de Ações do PERH)	Não foi realizado ainda uma avaliação das ações do Plano. Pretende-se fazer uma avaliação dos programas/projetos no âmbito da CTPERH, analisar o atendimento e encaminhar proposta de cumprimento. Preve-se 15 reuniões para isso até final de 2016 (ainda não foi realizado em função das atividades do CEHIDRO e falta de pessoal).	Pretende-se fazer uma avaliação dos programas/projetos no âmbito da CTPERH, analisar o atendimento e encaminhar proposta de cumprimento. Preve-se 15 reuniões para isso até final de 2016 (ainda não foi realizado em função das atividades do CEHIDRO e falta de pessoal).	Não foi realizada pois CEHIDRO não funciona desde dez de 2015 em função de reestruturação.	Recursos Próprios	2015
2.5.	Planos de Bacia													Está sendo elaborado convênio com a UFMT - Uniselva para elaboração dos planos das bacias da BAP.			
2.6.	Enquadramento								SURH	Enquadramento atual está em desacordo com a situação real dos rios urbanos prejudicando as análises dos processos de outorga.	Elaboração do TR para contratação do Plano da Bacia e Enquadramento (bacia dos afluentes do rio Cuiabá integrantes do área urbana de Cuiabá) e articulação para obtenção de recursos financeiros;	100% pronto o TR para contratação do Plano da Bacia e realizado o enquadramento transitório nos rios urbanos de Cuiabá.	Não tem recurso para fazer esse plano. Estuda-se a possibilidade de se utilizar recursos do Progestão. Buscar fonte de recursos.	Não tem recurso para fazer esse plano. Estuda-se a possibilidade de se utilizar recursos do Progestão. Buscar fonte de recursos. Servidor da SEMA irá propor minuta de resolução e decreto regulamentando o processo de enquadramento para o estado no âmbito de dissertação de mestrado.	Minuta já está pronta.	Recursos Próprios	2016
2.7.	Estudos especiais de gestão								SURH	Ausência de mapa hidrogeológico em escala adequada para a gestão.	Articular com estado de Rondonia e ANA para propor contratação de consultoria para estudo hidrogeológico na bacia do Parecis.					Recursos Próprios/ANA/SRHU	2015
2.8.	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão								SURH	Ausência de sistema de suporte a decisão que auxilie análise de processo de outorga de águas subterrânea.	Análise do sistema SIMLAM com relação a base de dados georeferenciados de águas subterrâneas e avaliar a utilização desses dados no sistema de outorgas.	(não é prioridade pela SEMA implementar esse sistema - já foi cadastrada pela SURH uma OS em 2011)	Aguardar o SAS/ANA.			Recursos Próprios/CTI	2016

LEGENDA

SIM ou NÃO	Variável cuja avaliação é facultativa em função da tipologia (SIM ou NÃO)
OBR	Variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação conforme Tipologia
TIP	Variável de avaliação obrigatória para a tipologia

ID	Variáveis	Quadro de Metas	Autoavaliação				Descrição da Variável	Justificativa	Instituição/Unidade Responsável no Estado	Problemas Identificados	Ações necessárias para melhorar o nível					Fonte de Recursos	Prazo de Execução
			2013	2014	2015	2016					1a Oficina (29 e 30/04/2014)	2a Oficina (21/11/2014)	3a Oficina (17/06/2015)	4a Oficina (11 e 12/11/2015)	5a Oficina (30/06/2016)		
3.1	Base cartográfica	2	2	2	2	2	Existe uma área específica própria, responsável pelo processamento de dados georreferenciados e capaz de realizar análise do contexto geográfico para gestão de recursos hídricos, a qual dispõe de uma base digital em formato matricial da cartografia sistemática (escalas de 1:1.000.000 até 1:25.000) produzida pelo IBGE ou DSG.	Mato Grosso tem a Secretaria de Planejamento que é responsável por desenvolver, adquirir, atualizar, etc., a base cartográfica do Estado. A SEMA utiliza esta base que é oficial, hoje temos cartas do DSG de 1:100.000 e 1:250.000 para todo o Estado.	SEPLAN; SEMA/COGEO	Existe um mapeamento na escala 1:100.000 que precisa ser terminado. Faltam 4 cartas para concluir.			Situação continua igual.	Situação continua igual.	Continua igual. A verificar.		
3.2	Cadastrros de Usuários e Infraestrutura	2	3	3	3	3	Existe cadastro de usuários (< 20% do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica.	O Estado de Mato Grosso aderiu o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH na íntegra, através da Portaria SEMA n°. 280 de 03/07/2012. O CNARH é obrigatório para todos os usuários de água que solicitarem outorga em MT. As outorgas emitidas de captação superficial, diluição de efluentes e água subterrânea, seus atos estão disponíveis no site da SEMA.	SEMA/SURH	Sem problemas relevantes				O passivo está sendo revisado e consolidado. O número CNARH só é gerado após a emissão da Outorga. O usuário entra com o pedido de outorga com a Declaração de Uso de Recursos Hídricos e a SEMA que gera o número CNARH.	Cadastro atualizado.		
3.3	Monitoramento Hidrometeorológico	2	2	2	2	2	Existem redes pluviométricas e/ou fluviométricas operadas em âmbito estadual, próprias ou mistas, mas não há um planejamento para implantação, ampliação e modernização dessas redes.	Temos uma rede hidrométrica Estadual que conta com 30 (trinta) estações telemétrica, mais 04 (quatro) pontos da rede de eventos críticos. Os dados são recebidos pela ANA e disponibilizados via site-ANA para o Estado. A rede Estadual teve início de instação em 2011 e término em 2013. A rede de eventos críticos foi implantada em 2013, técnicos da CPRM e SEMA visitaram os pontos e foi dada manutenção nos mesmo.	SURH	Manutenção corretiva continuada	Utilização dos recursos do progestão para manutenção corretiva das estações; Propor a formação de uma equipe específica para manutenções corretivas; contratação de uma empresa para a manutenção preventiva e corretiva para 2014/2015.	Manutenção corretiva das estações está sendo licitado para atender a rede de eventos críticos - 12 estações: Não foi aprovado por questões de recursos a proposição da formação de uma equipe específica para manutenções corretivas. Já foi contratado, com recursos próprios, uma empresa para a manutenção preventiva e corretiva para 2014/2015, para a rede própria de 30 estações SEMA.	Empresa contratada iniciará a 4a campanha. TR para as campanhas de 2015/2016 está em elaboração. TR para instalação, realocação e troca de equipamentos está em andamento (ver meta federalista).	Empresa já fez as 4 campanhas de manutenção preventiva e apresentou relatório final em 2015. O TR para contratação da manutenção preventiva para 2016 está em andamento. A contratação para manutenção corretiva para 2016 já está finalizada. TR para instalação, realocação e troca de equipamentos está em andamento vai para pregão. Foram realocadas pontos de coleta para coincidirem com algumas estações hidrometeorológicas.	A manutenção corretiva está funcionando adequadamente. A manutenção preventiva depende de parecer para contratação para dois anos.	Recursos próprios; Recursos do Progestão.	2014
3.4	Monitoramento da Qualidade de Água	3	3	3	3	3	Existe uma rede de qualidade de água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, com pelo menos 30% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas em operação conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa Nacional de Avaliação da Qualidade de Águas (PNQA) e os dados gerados disponibilizados ao SNIRH.	Resolução nº 16 de 13/03/2008 do CEHIDRO - Instituiu a Rede Hidrológica Básica de Monitoramento no Estado de Mato Grosso e alterada pela Resolução nº 34 de 14/05/2010, que conta com 82 pontos de qualidade da água, sendo suas informações disponibilizadas no Hidro-web/ANA. O PNQA propõe para MT uma rede com 232 pontos, sendo que 65 pontos da nossa rede coincidem com esta proposta. Desses 65 pontos, 57 são de qualidade e 8 das estações telemétricas.	SEMA/SURH/SGMA	Compatibilização de pontos de qualidade com quantidade (já está sendo resolvido no âmbito do Qualiáguas); falta de equipe própria para o monitoramento qualitativo; recursos financeiros limitados (no âmbito do Qualiáguas)	Propor a formação de uma equipe de campo específica para o monitoramento, estrutura física e recursos para a logística.		ACT do Qualiáguas assinado e o Plano de trabalho já concluído. Em vias de assinar o Contrato.	Já receberam o valor referente ao Plano de Trabalho. O contrato ainda não foi assinado.	Ainda não assinaram o Qualiáguas. Verificar o motivo com a coordenadoria do laboratório. Ver na ANA.	Recursos Próprios/RNOA (Qualiáguas)	2015
3.5	Sistema de Informações	2	2	2	2	2	Existem informações sobre recursos hídricos organizadas e sistematizadas em bancos de dados, mas não existe ferramenta computacional que permita acessá-las e analisá-las em seu conjunto de forma a permitir sua utilização nos processos administrativos, gerenciais e de regulação do uso da água.	Trabalhamos com o CNARH, SIAGAS e Hidro-Web (exportação de dado por planilha, perguntar na SGH). Temos o cadastro de todas as outorgas emitidas (captação superficial, diluição de efluentes e água subterrânea). Temos um sistema computacional chamado Simlam Hídricos atrelado ao Simlam (Sistema Intergrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Mato Grosso), que informa todas as outorga já emitidas no Estado; pode ser por município, por bacias ou por manancial.	SEMA/ANA/CPRM	Sistemas incompatíveis (CNARH, SIMLAM, SIAGAS)	Construir uma proposta de compatibilização de sistemas	(não avançou)	Sistema da SEMA sendo desenvolvido pelo Fundo Amazônia voltado ao licenciamento. Não está incorporando a área de recursos hídricos. Articular com a Secretaria para incluir os módulos de recursos hídricos.	Irá incluir um módulo de outorga no sistema da SEMA.	Módulo continua em elaboração.	SEMA/ANA/CPRM	2017
3.6	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	2	2	2	2	2	Existem algumas ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltadas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico de seu interesse, mas essas não fazem parte de um plano ou programa mais amplo e estruturado.	Os trabalhos já realizadas para o setor de recursos hídricos, se deram através da FAPEMAT - Fundação de Amparo a Pesquisa em Mato Grosso que é a responsável pelo setor de pesquisa no Estado, pois a SEMA é uma Secretaria Executiva e não de pesquisa.	SURH/CEHIDRO e FAPEMAT	CEHIDRO fez uma moção propondo linhas de pesquisa na área de recursos hídricos à FAPEMAT, mas não teve retorno.	Reinterar a moção do CEHIDRO e solicitar à FAPEMAT informação sobre ações voltadas a recursos hídricos.	Os conselheiros chegaram à conclusão que não existe uma linha específica de pesquisa em recursos hídricos	Visita à FAPEMAT para articular ações de pesquisa e inovação.	Ainda não houve a articulação. Articulação com UNEMAT para entrar no mestrado profissional da ANA. Servidor da SEMA irá propor minuta de resolução e decreto regulamentando o processo de enquadramento para o estado no âmbito de dissertação de mestrado.	Atuação de pesquisadores para resolver problemas de organização de dados (mestrandos).	Recursos próprios	2014

LEGENDA

SIM ou NÃO	Variável cuja avaliação é facultativa em função da tipologia (SIM ou NÃO)
OBR	Variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação conforme Tipologia
TIP	Variável de avaliação obrigatória para a Tipologia

ID	Variáveis	Autodivulgação				Descrição da Variável	Justificativa	Instituição ou Unidade Responsável	Problemas Identificados	Ações necessárias para melhorar o nível					Fonte de Recursos	Prazo de Execução	
		Quadro de Metas	2013	2014	2015					2016	1a Oficina (29 e 30/04/2014)	2a Oficina (21/11/2014)	3a Oficina (17/06/2015)	4a Oficina (11 e 12/11/2015)			5a Oficina (30/04/2016)
4.1	Outorga de Direito de Uso	4	4	4	4	4	Há emissão de outorga de direitos de recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados mais de 15% do universo de usuários.	Decreto nº 336 de 06/04/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos; Lei nº 9.612 de 12/09/2011 - Dispõe sobre a administração e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado. Resolução nº 27 de 09/07/2009 - Estabelece os critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de captação superficial. Resolução nº 29 de 05/10/2009 - Estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos de águas superficiais. Resolução nº 43 de 11/10/2011 - Estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de autorização de perfuração de novas captações subterrâneas. Resolução nº 44 de 11/10/2011 - Estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas. Entre 2007 e 2013, foram emitidas 2013 outorgas. A outorga superficial iniciou em 2007 e a outorga subterrânea em 2011.	SURH	Falta de confiabilidade na estimativa do universo dos usuários de água; passivo de análise de outorga; aumento anual da demanda por outorga.	Aumento do quadro técnico chamando técnicos do último concurso; melhoria na infraestrutura e automação de processos; capacitação de técnicos.	Aumento do quadro técnico chamando técnicos do último concurso (já acabou último concurso, poderá ter outro concurso); melhoria na infraestrutura e automação de processos; capacitação de técnicos. No caso de águas subterrâneas poderia reduzir a quantidade de exigências -1.200 total, sub e sup, sub -800 e -400 sup e diluição.	Reunião na Câmara Técnica para simplificar a Resolução de outorga de águas subterrâneas. Vai na Plenária do dia 9/07 para aprovação.	Falhou tempo hábil para apresentar neste ano, mas já está pronta a Resolução. Alteração na Portaria do CNARH para tirar a obrigatoriedade do número CNARH, solicitando apenas o número da Declaração de Uso, permitindo maior agilidade de entrada dos processos e confiabilidade nas informações. A consultoria contratada para a melhoria dos processos administrativo agilizará os processos de outorga.	A consultoria contratada para a melhoria dos processos administrativo agilizará os processos de outorga e já está acontecendo.		
4.2	Fiscalização	3	3	3	3		Há fiscalização dos usuários outorgados atrelada ao processo de regularização do uso da água (adestramento, outorga), mas não há estrutura específica para desenvolvimento das ações de fiscalização.	Na estrutura da SEMA, temos a Superintendência de Fiscalização - SUF que é a única com atribuição de realizar fiscalização. Sendo assim, apenas os técnicos lá lotados podem exercer este papel. Na estrutura da SUF tem a Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, que atende a demanda da SURH, principalmente em relação a empreendimentos que estão em funcionamento e não possuem outorga e também em empreendimentos já outorgados, para verificar se estão atendendo o que foi definido no Ato de Outorga.	SEMAM/SUF	Pessoal da SUF pouco qualificado com as questões hídricas.	Capacitação específica dos técnicos da SUF para a fiscalização dos recursos hídricos.	Foi feita indicação no Plano de Capacitação, específica para a fiscalização.	Foi contemplada a capacitação para fiscalização no Plano de Capacitação. Como demanda futura poderá ser feito um manual de fiscalização em conjunto com a SUF.	A SUF atende a área de recursos hídricos sob demanda e denúncia.	A SUF atende a área de recursos hídricos sob demanda e denúncia.	Recurso do Progestão	2015
4.3	Cobrança								SEMA	Recurso da compensação financeira pela geração de energia elétrica é remanejado integralmente pelo estado	Regulamentar o FEHIDRO	Foi recomendado no documento da SURH para a transição de governo, regulamentar o FEHIDRO			Recursos próprios	2016	
4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão																
4.5	Infraestrutura Hídrica																
4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2	2	2	2	2	Há infraestrutura e procedimentos instituídos para monitoramento de eventos críticos, mas ainda não há planejamento e execução de ações de controle e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos.	A Sala de Situação foi implantada em Mato Grosso e foi instalada na SEMA, e esta sob a responsabilidade da SURH, em parceria com a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Ambiental. Já está operando e emitindo boletins diários e mensais. A rede de eventos críticos já iniciou com 04 (quatro), 03 (três) no Rio Cubatã, no município de Curitiba, Santo Antonio do Leverger e Baixo de Moçoço e 01(um) no Rio Paraguai no município de Cáceres.					O TR para manutenção corretiva será específico para eventos críticos. O TR para realização e locação será voltado para eventos críticos.	Melhorar articulação com a Defesa Civil.			
4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos								SEMA	Fundo foi revogado por Lei (Lei 214 de 23 de Junho de 2005, art. 24) que revogou todos os fundos do estado.	Recriar o Fundo por Lei. A SURH está propondo a alteração da Lei de recursos Hídricos e recriando o fundo.		O PL já está sendo encaminhado.	Na revisão da Lei de recursos hídricos possui criação do Fundo.		Recursos Próprios	2016
4.8	Programas Indutores	2	2	2	2	2	Existem alguns programas e/ou projetos indutores para a gestão de recursos hídricos em nível estadual (ex: incentivos fiscais, pagamento por serviços ambientais, promoção de boas práticas, etc.), mas estes dependem basicamente do apoio de setores usuários e da sociedade civil, existindo pouco ou nenhum suporte por parte da Administração Pública.	Os trabalhos realizados em Mato Grosso direcionados a gestão de recursos hídricos, são unicamente desenvolvidos com o apoio de Organizações não governamentais. O arco das nascentes do Pantanal, recuperação da Bacia do Rio Cabacã.	SEMA	Parceria com o Fundo Amazônia para Pagamento por Serviços Ambientais em bacias que já possui Comitê de Bacia; estado possui um Projeto de Lei para PSA.	Estão fazendo os TRs para a parceria com o Fundo Amazônia para Pagamento por Serviços Ambientais, mas não é fôco em bacias com comitês.	O Estado aderiu ao Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal. Encontra-se em articulação com a Itaipu Binacional no Programa Cultivando Água Boa.	Governo do Estado assinou ACT com a Itaipu Binacional no Programa Cultivando Água Boa; Articulação com a ANA para atualizar o Produtoz da ANA.	O pacto das nascentes do Pantanal está em andamento.	Fundo Amazônia/BNDES, recursos próprios	2017	

LEGENDA

SIM ou NÃO	Variável cuja avaliação é facultativa em função da tipologia (SIM ou NÃO)
OBR	Variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação conforme Tipologia
TIP	Variável de avaliação obrigatória para a Tipologia

## Lista de Presença

## 5ª OFICINA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PROGESTÃO

Data: 30 de junho de 2016

Local: SEMA/SURH - Cuiabá - MT

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Luzinete M. Nogueira	SEMA	65 3613-7245	luzinete@sema.mt.gov.br
Lorena M. Nicoletti	SEMA	65 3613-7256	lorenanicoletti@sema.mt.gov.br
Brandina de Amorim	ANA	61 2409-5233	brandina.amorim@ana.gov.br
Ramona C. Pichoso	SEMA	65 3613-7306	ramona@sema.mt.gov.br
Lilian F. Moura Azeiteira	SEMA	65 613-7306	lilianazeiteira@sema.mt.gov.br
Marizete Caonilla	SEMA	65 3613-7306	marizetecaonilla@sema.mt.gov.br
CLÁUDIO J. F. BARRETO	SEMA	65-3645-4960	CLAUDIOBARRETO@SEMA.MT.GOV.BR
Renato Paschoal	SEMA	65-3645-4960	renatopaschoal@sema.mt.gov.br